

AS DISPUTAS E CONVERGÊNCIAS DAS ELITES BRASILEIRAS DIANTE DA CRISE FINANCEIRA DE 2009: CONSEQÜÊNCIAS EMPÍRICAS E ANALÍTICAS*

Roberto Grün

RESUMO

A crise financeira recente permite observar alguns pontos normalmente não evidentes tanto da anatomia quanto da dinâmica das sociedades contemporâneas, pondo em relevo a produção de sentido não só sobre a sua atividade econômica, mas também sobre os seus dilemas mais gerais. No presente texto tento demonstrar essa virtualidade empírica e analítica a partir de uma análise cronológica dos impactos da crise no Brasil do final do governo Lula (2009-10)

PALAVRAS-CHAVES

Sociologia das finanças. Crise financeira. Elites. Guerra cultural.

ABSTRACT

The recent financial crisis allows us to lay eyes over aspects usually not evident in contemporary society's anatomy and dynamics, exposing the production of meaning not only about its economic activities but also about its more general dilemma. This paper attempts to demonstrate this empiric and analytic virtuality through a chronological analysis of the crisis impacts in Brazil at the end of President Lula's term.

KEYWORDS

Sociology of finances. Financial crisis. Elites. Cultural war.

1 Introdução

A faceta brasileira da recente crise financeira internacional permite observar alguns pontos que normalmente não aparecem à luz do dia tanto no âmbito da sociologia das finanças quanto dos estudos mais gerais sobre elites econômicas e políticas. O primeiro deles diz respeito à existência e à capacidade heurística de uma configuração que chamo de “campo financeiro”, que engloba não só os mercados financeiros propriamente ditos, mas também amplos setores das elites tradicionais e recentes. Na normalidade dos últimos anos que antecederam a crise, podíamos justapor o campo financeiro ao campo do poder, tal era a centralidade que a configuração gozava no Brasil contemporâneo. Subitamente, o campo financeiro perdeu o tradicional controle da narrativa sobre a economia e os dilemas do Brasil e essa circunstância fez diminuir consideravelmente sua capacidade de enquadrar outros atores, em especial vários ramos do Executivo federal que anteriormente, na linguagem abusada dos mercados, “*comiam em suas mãos*”. Tanto para os estudos sociais sobre as finanças, quanto para aqueles que se analisam a dinâmica mais geral das elites contemporâneas, esse caso mostra o caráter fundamentalmente cultural da dominação financeira ou, da chamada “financeirização” das sociedades atuais. O predomínio financeiro observado nos últimos anos foi possível graças a uma capacidade de “dizer o Brasil” – instituir as categorias cognitivas através

das quais a sociedade pensa sua história, seu presente, seus problemas e suas possibilidades. O travamento momentâneo dessa situação que nos acostumamos nos últimos anos fez calar os sábios tradicionais e habilitar atores que não gozavam de crédito junto às elites. Evidentemente, nada nos permite dizer que a mudança na relação de forças seja definitiva ou mesmo durável, mas os eventos em torno da crise financeira nos permitem firmar a hipótese acima e abrem uma avenida ao mesmo tempo teórica e empírica para estudos posteriores sobre os dois temas. A dimensão cultural da dominação econômica é crucial e mesmo instituidora. É através dela que podemos compreender a dinâmica social da contemporaneidade e, em particular, o sistema de forças multidimensional que constitui o campo do poder e sua relação com o espaço financeiro. É assim que pretendo, através de uma primeira análise da cronologia da crise financeira no Brasil do final da década de 2000, mostrar essa situação *sui generis* e o potencial desse encadeamento de eventos em esclarecer pontos talvez pouco explicitados dos dois espaços analíticos.

2 A crise

Olhando com os olhos do cotidiano, podemos dizer que a crise financeira que começou no início do segundo semestre de 2008 desafiou o mundo das finanças. Será ele capaz de contê-la e manter sua autonomia? Os diversos credores dos bancos deveriam ter seus prejuízos aliviados pela inter-

* Esse artigo foi escrito a partir de pesquisas financiadas pelo CNPq e pela Fapesp. Agradeço o apoio das duas entidades. Uma primeira versão do texto foi apresentada na Reunião da Anpocs de 2010, no seminário temático sobre Elites. Agradeço as críticas e sugestões dos participantes daquele evento, aos pareceristas da Revista Pós-Ciências Sociais e também ao professor Igor Grill pela leitura crítica e sugestões da última versão. Mais uma vez, os jovens pesquisadores do Neseft/UFSCar forneceram o estímulo intelectual e pessoal para fazer a análise andar.

venção estatal ou, ao contrário, os governos deveriam deixar os bancos “quebrarem” para manter o “moral hazard”¹? O dinheiro gasto foi subtraído de outras possíveis despesas? Ele será recuperado? O preço pelo qual os bancos combalidos ou seus ativos foram vendidos posteriormente refletia o valor justo ou o interesse público? O custo do salvamento do sistema financeiro é maior ou menor do que os benefícios que ele aportou à sociedade? Seria melhor aproveitar a fraqueza momentânea do sistema e estatizar aquelas instituições, já que o crédito, dadas as suas repercussões sobre a economia e a sociedade, deve ser conceituado como uma função eminentemente social?

O “bom senso” financeiro instituiu uma série de verdades praticamente indiscutíveis, um senso comum compartilhado na sociedade, sobre como os governos, as empresas, os indivíduos, as organizações da sociedade civil devem se portar, destacando-se um determinado tipo de rigor orçamentário, que privilegia algumas despesas e formas de cálculo sobre outros. Acima de tudo os Estados devem ter credibilidade para manter as condições de rolar a dívida pública: os credores financeiros do Estado, aqueles que lhe emprestam dinheiro ou simplesmente poderiam fazê-lo, jamais devem ter dúvidas sobre a capacidade e desejo do Estado em cumprir rigorosa e prioritariamente as obrigações que com eles contraíram. A cautela na manutenção de altas taxas de juros para os empréstimos públicos que garanta com alguma folga que os investidores continuem emprestando ao

Estado sobrepuja a eventual necessidade de gastos públicos nas diversas aplicações não-financeiras.

O Estado, diante da necessidade de arbitrar a alocação de seus recursos entre pagamento e rolagem de sua dívida e políticas públicas renuncia a praticar diversos tipos de política social, de infra-estrutura, de saúde ou de segurança pública, mesmo que os efeitos negativos dessas omissões terminem custando muito mais aos cofres públicos do que se as despesas fossem efetuadas no momento adequado. O horizonte temporal e a prioridade máxima são os do repactuação da dívida pública. Levando mais adiante essa idéia-força, os ideólogos das finanças propõem (e executam) o Estado mínimo com o caixa vazio (GUEX, 2003).

3 O campo financeiro

A resposta às questões pode ser deduzida da formação do campo financeiro no Brasil. A lógica dessa construção social vem da constatação contra-intuitiva de que o campo financeiro engloba e dá sentido para a ação e forma as sensibilidades das elites nacionais bem além dos financistas propriamente ditos (GRÜN, 2005). A análise da gênese e desenvolvimento das chamadas “ferramentas financeiras estratégicas” – aquelas que transformam significativamente o espaço organizacional em que são aplicadas – especialmente a governança corporativa – abrem a janela desse jogo intrincado e nada óbvio de competição e cooperação entre os diversos setores das elites, que desembo-

1. Segundo o dicionário econômico de “The Economist”: One of two main sorts of MARKET FAILURE often associated with the provision of INSURANCE. The other is ADVERSE SELECTION. Moral hazard means that people with insurance may take greater risks than they would do without it because they know they are protected, so the insurer may get more claims than it bargained for. (ver ECONOMIST, 2009)

ca nas inovações financeiras. Elas são também inovações sociais, que uma vez postas a funcionar serão plataformas para alterações importantes nos *habitus* e nas formas de sociabilidade vigentes no espaço que estudamos (GRÜN, 2005).

Uma armadilha oblitera a análise da lógica de funcionamento e dinâmica de espaços como o nosso campo financeiro: é a pres-suposição espontânea de que o seu principal produto é simplesmente a produção de riqueza material ou a sua transferência de uns para outros. Para entender esse espaço precisamos reforçar outro ponto teórico pouco intuitivo: Como quaisquer outros campos, o financeiro, antes de qualquer coisa, e prioritariamente, produz sentido. É esse sentido que permite a acumulação de riquezas e confere legitimidade e, portanto, estabilidade, para os ganhos econômicos. E finalmente, a identificação do campo financeiro com o campo do poder é uma boa medida da capacidade de fazer espriar esse sentido ali produzido pela sociedade e assim produzir a hegemonia cultural das finanças, da qual a opulência dos financistas é uma consequência, e não a causa.

Mas como se produz esse sentido? Não é evidente que nossos financistas sejam produtores culturais, nem tampouco que suas vidas sejam vistas como epopéias dignas de serem glorificadas pelos profissionais da mídia e seguidas pelo resto da população. Muito menos que a intrincada engenharia financeira que se tornou o fundo de comércio específico dos financistas nos tempos atuais seja vista como o apogeu das realizações científicas ou intelectuais da humanidade². Mas o que está em jogo não é a glamorização direta do espaço, de seus personagens e de seus feitos e sim a sua capaci-

dade de impor uma maneira de representar a sociedade brasileira, seus problemas, potenciais, e, principalmente a própria definição do que é progresso e de como alcançá-lo. É por isso que é interessante acompanhar a história recente daqueles dispositivos criados na esfera financeira e a sua difusão pela sociedade. Eles embutem os pressupostos comportamentais da antropologia filosófica que vigora no mundo financeiro. E a partir da aceitação tácita das mudanças comportamentais que se dão quando os dispositivos são aceitos, diversos setores da sociedade vão sendo colonizados cognitivamente e se acostumando a entender o bom senso da convivência financeira como o senso comum que deve reger a totalidade das relações sociais (GRÜN, 2009a).

4 A guerra cultural e sua cronologia recente

A colonização imposta pela predominância financeira não é, evidentemente, uma via de mão única. Ela convive dinamicamente com outras tendências no seio de um processo de guerra cultural que produz resultantes contingentes que se alteram no tempo e espaço. Apanhamos essa nuance através do conceito de “guerra cultural” (GRÜN, 1999). Na operacionalização da idéia na crise é possível traçar diversas cronologias. Aqui opto por um sequenciamento “curto”, que vai do início de 2003, e do primeiro governo Lula, até meados de 2009, que está mais diretamente ligado a alguns resultados recentes e surpreendentes da crise financeira na cena econômica brasileira. No primeiro momento temos uma situação de submissão do senso comum ao bom sen-

2. Ainda que os intelectuais “orgânicos” das finanças tentem, com afinco, afirmar essa realização. Aos meus olhos o melhor exemplo, devidamente traduzido e publicado no Brasil é (BERNSTEIN, 1992; 2007).

so produzido nos mercados financeiros, no qual o principal marco é a discussão da PEC (proposta de emenda constitucional) 192 de 2003, a chamada PEC do mercado financeiro, ocasião em que o primeiro governo Lula claramente se curvou diante da força cultural daquele bom senso (LEONEL, 2003; GRÜN, 2004). Um segundo momento pode ser caracterizado quando, diante da ofensiva escandalizadora antigovernamental que começa em 2004, observamos uma oscilação inesperada, na qual a defesa possível do governo começa a alterar as linhas de força culturais prevaletentes, enfraquecendo a doxa econômica (ALENCAR, 2006; GRÜN, 2008a). Um pouco mais adiante, no momento quente das eleições presidenciais de 2006 mais uma oscilação, que representou o aprofundamento da inflexão do quadro imediatamente anterior (CHICO DE GOIS, 2007; GRÜN, 2008b).

Sustento aqui que a sequência é fortemente explicativa dos desenvolvimentos que se produziram a partir da crise financeira internacional. Diversas mudanças que surpreenderam os analistas de “de bom senso”, locutores do senso comum até então prevaletente nos mercados, tiveram a sua semente plantada na sequência de episódios acima e são incompreensíveis sem levar em conta a inflexão de antes da crise. É interessante também notar que os economistas e comentaristas ortodoxos até então consagrados como donos da verdade econômica sentiram e registraram claramente o golpe anterior que realinhou as linhas de força da disputa simbólica (LAMUCCI, 2006).

5 O internacional e o nacional na dominação financeira e na sua contestação

Podemos dar conta fenômeno da dominação financeira que impera sobre a socie-

dade brasileira mostrando como ele se realiza através da atração de diversos segmentos importantes das suas elites para dentro do circuito dos mercados. Talvez o alcance e os mecanismos através dos quais essa integração esteja se efetivando não sejam muito claros, pois eles são denunciados na disputa política, e realmente se assemelham, a fenômenos já tradicionalmente descritos pela literatura. Mas, sustento eu, as diferenças também são importantes, e particularmente para a análise do campo financeiro e da crise recente. Na esfera política, ela é a forma atual de realização do alongamento dos circuitos do poder e de sua legitimação no atual estágio do capitalismo internacional (BOURDIEU, 1989). Esse processo é menos evidente e é facilmente confundido com a simples cooptação, descrita pela teoria clássica das elites. Entretanto, o seu resultado não é só a incorporação de novos grupos no campo do poder, mas também de diversos interesses e sensibilidades dos recém-chegados e a principal consequência dessa especificação, que dificilmente poderia ser negligenciada pela análise sociológica, é a alteração e sofisticação do modo de dominação prevaletente (BOURDIEU, 1976; GRÜN, 2009a).

Um exemplo central da vitalidade desse capitalismo “tardio” está justamente no desenvolvimento da governança corporativa. De início ela era um conjunto de dispositivos engendrados no mercado financeiro, destinados a fortalecer as posições dos acionistas minoritários das empresas diante de seus administradores ou dos acionistas majoritários. Nesse sentido, ela já ensaiava alguma polissemia, pois atraía os diversos operadores de fundos de pensão oriundos do movimento sindical e esses flexionavam o sentido original, conferindo uma dimensão política e moral mais ampla à “democracia dos acionistas”, que ultrapassa a in-

tenção original de tornar o mercado de capitais atraente para pequenos investidores e passa a ser uma cruzada pela domesticação do “capitalismo selvagem” (JARDIM, 2007). Posteriormente, ela alarga ainda mais o seu espectro, acrescentando as questões de responsabilidade social e sustentabilidade ambiental. Nessa segunda interação, ela instala os “balanços sociais”, discute o “Índice de Sustentabilidade Empresarial” e por esse caminho, ela incorpora os líderes de ONGs sociais e ambientais, que serão os fiadores e, muitas vezes, também os operadores e das novidades. E nessa nova configuração, muitas das preocupações e críticas formuladas por esse grupo de agentes são traduzidas e incorporadas ao mundo empresarial (GRÜN, 2005; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999).

Ao incorporar as demandas sociais e ambientais através de alguns dos seus porta-vozes, a ordem financeira perde a rigidez que muitos lhe atribuem, mas ganha força em dois planos: 1) privando os setores que normalmente se opõem a ela de seus porta-vozes já reconhecidos; 2) incorporando parte de suas demandas e assim diminuindo o possível clamor anti-financeiro da população em geral. É claro que nem tudo “são rosas” no caminho das implantação da governança corporativa no Brasil. Os solavancos desse trajeto são percebidos através do acompanhamento da guerra cultural que enunciei acima. A análise da polissemia social que é produzida, ampliando e alterando o significado da governança corporativa e demais instrumentos financeiros, podem ser explorados para mostrar as fissuras, limites e especificidade da dominação financeira que incide sobre a sociedade brasileira (GRÜN, 2009a). Mas de início, é mais importante deixar clara a “força cultural” dos dispositivos financeiros, que produzem e reforçam as convenções cognitivas que dão

consistência à dominação. Se há uma maneira de “fazer coisas com palavras” (AUSTIN, 1962) na sociedade, na economia e na esfera política, estamos diante dela.

6 Os desafios à autonomia do campo

Quando a crise financeira internacional passou a ser manchete obrigatória na imprensa brasileira, a primeira caracterização, tributária da guerra cultural interna, foi a de criticar e ridicularizar o diagnóstico do Presidente Lula, em especial sua frase dizendo que seus efeitos sobre a economia nacional não passariam de umas “marolinhas”, que foi repercutido à exaustão (GALHARDO, 2008). Afinal, a crise se anunciava internacional e gigantesca e dizer que o Brasil poderia ser poupado só poderia ser uma profunda incompreensão da economia mundial.

Um pouco mais tarde, fomos informados de outras provas inequívocas da baixa compreensão de Lula sobre a situação. Talvez a mais expressiva tenha sido a crítica à sua tirada sobre a crise ter sido provocada por “gente loira de olhos azuis” (GODOY, 2009b). Outro episódio marcante ocorreu em torno da divulgação de prejuízos substanciais de algumas grandes firmas nacionais com derivativos cambiais, causados pelas alterações súbitas nos valores relativos das moedas nacionais que a crise provocou, desvalorizando a moeda brasileira depois de um período longo de valorização em relação ao dólar. Os responsáveis financeiros das empresas apostavam na continuidade da valorização da moeda brasileira, mas a crise recolocou o papel de “refúgio de valor em última instância” da moeda norte-americana, desvalorizando subitamente o Real. E nesse momento aparece mais uma rodada de críticas, dessa vez à sua reprimenda aos empresários que perderam

nas posições com derivativos cambiais (NINIO, 2009). Essa sequência de críticas reforça a pretendida visão rústica que Lula teria da cena financeira internacional e mostraria que os desafios mais recentes ao bom-senso financeiro perpetrados por diversos membros do governo federal não passariam de aventuras irresponsáveis.

No âmbito mais interno do campo financeiro, corroborando o argumento da sua forma seminal de legitimidade, as perdas das empresas com os papéis cambiais foram atribuídas à falta de boa governança corporativa. A ação individual independente ou desimpedida de alguns executivos financeiros que agiram sem consultar os acionistas teria causado o problema. Os financistas das empresas teriam assumido riscos muito maiores do que poderiam e os acionistas não teriam sido devidamente informados dos níveis de exposição cambial/financeira que as empresas estavam incorrendo. Assim, se a governança corporativa estivesse funcionando como se deve e espera, tais passos comprometedores seriam evitados e as empresas teriam evitado os grandes percalços que posteriormente foram obrigadas a fazer frente, numa cadeia causal muito mais “sofisticada” do que atribuir o problema (e não “à ganância dos empresários” que teria, segundo Lula, causado as dificuldades (NINIO, 2008; 2009)). É claro que não nos interessa discutir substantivamente a justiça desses diagnósticos e julgamentos, mas sim a invocação da “boa governança corporativa” como critério de conduta empresarial legítima no período em que estamos atravessando. Isso sem falar na corolária ridicularização da posição de Lula, que não convergia integralmente com a crença engendrada no campo.

As dificuldades mais expressivas foram anunciadas pelo grupo Votorantim, pe-

la empresa Aracruz Celulose e pela empresa agroindustrial Sadia, todos gigantes industriais de reputação consagrada e muito se especulou sobre outras empresas que teriam enveredado pelo mesmo caminho (VALOR ONLINE, 2008; RIBEIRO, 2009b; FRIEDLANDER, 2008). Nas três empresas, operações financeiras mal sucedidas por causa da súbita reversão de expectativas puseram em xeque a solidez tradicional dos negócios. E o “erro” apontado, aceito pelos seus porta-vozes e largamente divulgado na mídia, foi a falta de boa governança corporativa das empresas (SALLES, 2009; VIEIRA, 2009b; VIEIRA, 2008a). Dificilmente encontraríamos manifestações mais expressivas e evidentes da impregnação desse dispositivo financeiro no espaço das discussões econômicas e, portanto, na cultura econômica brasileira recente.

7 O fantasma do comunismo

Uma vez que a crise foi deflagrada pelos mercados financeiros, parece que ela põe em questão os mecanismos de governança econômica e social que esses últimos delinearam ou apoiaram. Evidentemente que esse desfecho é possível, mesmo se a análise sociológica do espaço das finanças aponta que ele não é muito provável. Sem se fiar nas salvaguardas da sociologia, os financistas cheiram um perigo, real ou imaginário, e reagem a ele. E aí, no espaço nacional, vemos a ação, entre outros, de Gustavo Franco (FRANCO, 2008) e Dionísio Dias Carneiro (CARNEIRO, 2008), dois economistas/financistas do núcleo duro do pensamento dominante, oriundos do Curso de Economia da PUC/RJ. E o fantasma do comunismo acaba despertando, sob o curioso estímulo cruzado dos defensores mais ferozes da ordem financeira precedente e dos seus críticos mais acerbos (ZELENY, 2009; HEFFER, 2008).

O despertar do velho fantasma não é apenas uma curiosidade dos tempos da crise. O espectro do comunismo, em parte provocado ou justificado pela crítica esquerdista mais aguda é utilizado nas disputas econômicas centrais da crise, que dizem respeito à socialização dos prejuízos do sistema financeiro e à apropriação dos eventuais lucros produzidos nas operações de salvamento e nos momentos posteriores a elas. Como devem ser contabilizados os enormes montantes disponibilizados pelos governos aos agentes financeiros? Como aporte de capital? Como aquisição dos chamados “ativos podres”, ou “ativos tóxicos?” Como uma injeção provisória, contabilizada à parte para não diluir o valor das ações e o patrimônio dos acionistas originais das organizações? Como ficam as remunerações dos dirigentes das organizações que foram ou serão socorridas pelo Estado? E as remunerações anteriores? Deverão ser devolvidas? Enormes transferências de renda serão realizadas num sentido ou noutro, dependendo de quais critérios prevalecerem. Mesmo os mais fervorosos crentes da racionalidade econômica terão de admitir que estamos na era da “contabilidade política”. E o fantasma do comunismo é uma peça fundamental nas tentativas de “passar o mico”: essa expressão que tem origem no jogo infantil e que os financistas usam muito quando se trata de repassar os prejuízos de sua ação. A acusação de “comunismo” para a ação pública previne formas de contabilização que desfavorecem os financistas originais. Nesse contexto a idéia de objetividade econômica se mostra uma fantasia distante. A crise revela que a “racionalidade econômica” é um produto intelectual engendrado pelas disputas sociais e se altera no mesmo sentido que suas linhas de força, produzindo enquadramentos cognitivos específicos, que nos condu-

zem a conferir racionalidade a determinadas proposições e condutas e a refutar outras. E uma das maiores manifestações de força da dominação é a de conferir a verossimilhança de racionalidade para os produtos atuais do campo financeiro (LORDON, 2008). Concretamente isso significa induzir a sociedade a esquecer de cobrar dos agentes financeiros os prejuízos coletivos provocados pela derrocada de diversos grupos e esquemas.

8 Os solavancos e a aceleração das disputas no espaço financeiro do Brasil

No espaço situado do Brasil, o primeiro momento da crise foi uma verdadeira “benção” para os banqueiros tradicionais, que na situação encontraram boas justificativas para avançarem no processo de concentração bancária. Reparemos que os críticos do spread bancário – o principal mecanismo de remuneração dos bancos – apontam justamente a oligopolização do crédito como a causa estrutural e fundamental para explicar o fato de o Brasil ser o “campeão mundial do spread bancário”: apresentar a maior diferença entre a remuneração dos investidores que aplicam seus capitais nos bancos e a remuneração dos bancos auferida pelos empréstimos propiciados por esses aportes (GODOY, 2009). É então que vimos, no início da crise, a aquisição das carteiras de empréstimos dos pequenos bancos pelos bancos maiores com o dinheiro antes imobilizado dos depósitos compulsórios recolhidos no Banco Central (NAKAGAWA, 2008; GRINBAUM, 2008; MARTELLO, 2009). Outro movimento na mesma direção foi o anúncio da fusão entre os Bancos Itaú e Unibanco (FOLHA ONLINE, 2008a), seguida da esperada “resposta” de outros gigantes, como o Banco do Brasil, que se apressou em negociar a aquisição da “Nossa Cai-

xa” (FOLHA ONLINE, 2008b) e um pouco mais cedo, a mídia nos fez tomar nota da fusão entre o Banco Santander e o Banco Real, que estava em banho-maria depois da aquisição da matriz do segundo pela do primeiro (RIBEIRO, 2008). Passaram assim pelos nossos olhos processos ineditamente rápidos e intensos de concentração bancária, que em outros momentos seriam questionados e possivelmente impedidos.

No outro lado do tabuleiro montado por essa mesma conjuntura, vemos que os portavozes da indústria passam a criticar uma nova elevação do spread bancário e do outro, o próprio Presidente da República alça o tom da crítica contra os bancos a um nível inédito (ALENCAR, 2009; REHDER, 2009). Mas o novo estágio da concentração bancária se instalou e sua reversão não parece estar na ordem do dia, pelo menos enquanto a crise se fizer presente, já que o entendimento prevalente é que a concentração em torno de poucos bancos muito capitalizados produz a necessária solidez para o sistema financeiro do Brasil. E, diante da crítica à concentração, Roberto Setubal, Presidente do Banco Itaú declara sem aparente oposição que “a maioria dos países tem quatro ou cinco bancos de varejo. É normal” (DEZEM, 2009).

Numa ação oposta, surgem duas evidências sobre a “ofensiva” do governo federal contra o spread bancário. A primeira foi a substituição do presidente do Banco do Brasil, tido como excessivamente focado na rentabilidade do banco e, portanto, contrário à política desejada (GALVÃO, 2009; RIBEIRO, 2009a). Mais surpreendente foi o improvável engajamento público do Presidente do Banco Central na causa do rebaixamento dos juros, já que sua biografia pregressa de “homem do mercado” o afastaria dessa pregação, tida como “populista” pelo bom-senso financeiro (ROSAS, 2009).

É interessante notar que a postura governamental, mais aguda e sistemática e aparentemente dissonante em relação ao seu comportamento dos seis anos anteriores, visto como conivente com os interesses do mercado financeiro, pode ser considerada uma tentativa de retomada de uma tendência inicial. Recuperemos então a nossa cronologia, que começa em (T1) com o episódio da malsucedida tentativa de alterar a ordem financeira que o primeiro governo Lula ensaiou logo no seu início (OLIVEIRA, 2003; LEONEL, 2003; GRÜN, 2004).

Aparentemente, diante da falta de apoio para a iniciativa, o governo teria “jogado a toalha” naquele momento, se conformando com um padrão de convivência com a esfera econômica que preservaria os privilégios que os “players” têm extraído da economia nacional nas duas últimas décadas (GRÜN, 2007b). Mas olhando a sequência da micro-história do período somos obrigados a ir mais além. Naquele momento apareceu de maneira bastante clara uma sequência iniciada pelas tentativas governamentais de regulamentação, seguida das críticas cada vez mais elevadas e diversas tentativas de acordo sugeridas pelo governo, que na verdade eram episódios de capitulação parcial (OLIVEIRA, 2003; LEONEL, 2003). E esse tango foi sendo jogado num pano de fundo caracterizado pelo estado aparentemente catatônico dos possíveis apoiadores do governo, imobilizados diante da violência simbólica perpetrada pelos críticos ligados ao mercado financeiro. Naquele episódio, as linhas de força da disputa cultural fizeram a sociedade enxergar as tentativas governamentais como a simples tentativa de “tabelar os juros” – fazer valer a Lei da Usura (Decreto nº 22.626 de 07.04.33), que existe não regulamentada desde a década de 1930, pretensão “jurássica”, descabida, regressista

e reveladora de um pensamento econômico medieval, segundo os comentaristas, financistas e economistas midiáticos. E também podemos registrar naquela ocasião um ótimo exemplo da capacidade de imposição das representações surgidas no campo financeiro sobre o resto da sociedade e assim a pouco intuitiva produção de sentido que ele produz, no “duplo sentido” de significação propriamente dita e de um enquadramento da situação que favorece a atividade financeira (GRÜN, 2004).

9 O fantasma do comunismo: versão brasileira

No episódio recente da troca de comando do Banco do Brasil a primeira reação do “mercado” é atacar as pretensões governamentais invocando o fantasma da “ingerência política”, que estaria abalando a credibilidade econômica do banco estatal e do governo como um todo (CAMBA, 2009). Aí a dinâmica cultural que subsume as disputas econômicas e políticas mostra sua envergadura. Surge então com toda a força a versão brasileira do fantasma do comunismo. Ela estava apenas sugerida no final de 2008, mas o episódio da mudança de comando do Banco do Brasil permite que nossos comentaristas retirem esse recurso de sua caixa de ferramentas culturais.

O banco dito estatal, mas tendo acionistas minoritários privados, pode imprimir à sua ação uma lógica menos diretamente entendida como financeira? Há uma lógica financeira de maximização dos ganhos “para o acionista” que é geralmente aceita como correta, no seio da qual o espaço para ações de fomento econômico são muito reduzidas. A rotina da política brasileira nos acostumou a aceitar o atendimento de alguns grupos de pressão, ditos incontorná-

veis, como os grandes proprietários agrícolas que se beneficiam do crédito rural e, em especial, de condições privilegiadas de refinanciamento de dívidas passadas. Ainda que tal “desvio” não encontre guarida em termos doutrinários, ele é costumeiramente aceito como uma compensação razoável para o fato de que os bancos estatais estão protegidos da falência pela garantia em última instância que o governo federal lhes aporta. É claro que cabe uma discussão sobre as causas da tolerância em beneficiar esse grupo específico das elites que são os grandes proprietários rurais, em geral próximos dos principais protagonistas dos partidos políticos mais tradicionais, como pelo menos indicam as revelações saídas dos escândalos periódicos que o tema suscita (RIBEIRO, 2009d; TENÓRIO, 2006). No momento da crise, o governo pede ao Banco uma ação bem mais ampla, que altera as linhas mais gerais das atividades nas esferas da economia em geral e financeira em particular: que ele rebaixe suas taxas de juros nos empréstimos em geral, de maneira a deflagrar uma dinâmica concorrencial que obrigaria os bancos privados a realizarem reduções análogas. Como os bancos estatais manejavam naquele momento quase 40% do total da oferta de crédito, essa solicitação, se cumprida, poderia efetivamente afetar o mercado de dinheiro.

Até o deflagrar da crise a resposta a essa demanda seria um sonoro NÃO, amplamente apoiado por todos os intermediários culturais que costumam intervir em situações análogas. A sociologia das finanças contemporânea insiste no papel desses intermediários culturais ou diretamente financeiros na constituição do espaço social favorável àquela atividade. Esses agentes que ganharam evidência nos estudos sobre a internacionalização dos diversos espaços so-

ciais são responsáveis não só pela tradução de conteúdos oriundos de línguas diferentes, mas também de linguagens oriundas de espaços profissionais e culturais anteriormente incomunicáveis. Os mais conhecidos são as chamadas agências de “rating”, que avaliam a solidez e desempenho dos diversos emissores de títulos financeiros a partir de pressupostos que, supostamente, são os da avaliação prudencial que privilegia a solidez dos entes avaliados e portanto a minimização das perdas dos investidores (SINCLAIR, 2005). Mas, além desse grupo que faz a tradução explícita (e, evidentemente, enviesada), há também os consultores empresariais em áreas que vão desde as relações públicas até a governança corporativa, que circulam tanto entre diversos ramos econômicos como nos países e o enorme contingente de comentaristas oriundos das academias e da mídia. Até o deflagrar da crise, eles exerciam um papel muito forte de ventríloquos da razão financeira. Não por acaso, um dos maiores contenciosos do momento diz respeito à continuidade ou ruptura dessa situação (LORDON, 2008).

É interessante notar que a crise diminuiu a eficiência das “ações práticas” dos intermediários. Em tempos pré-crise, assistiríamos a uma sequência já conhecida. Nela, os economistas e comentaristas econômicos ridicularizariam as pretensões do governo, que seria caracterizada como jurássica e resquício do negro passado socialista do Partido dos Trabalhadores, surgiriam boatos de que o *rating* do banco iria se degradar e, finalmente, a própria burocracia interna dos bancos se identificaria com o bom senso profissional dos financistas, derrubando a pretensão do governo federal na ponta final do processo onde ele deveria ser viabilizado. E num primeiro momento, a presidência do banco manteve a postura espe-

rada. Deviam prevalecer os interesses dos acionistas e o ganho do governo relativo à propriedade majoritária das ações do Banco corresponde fundamentalmente aos dividendos que sua atividade gera ou a venda de suas ações.

Mas, e no novo panorama que tem a crise financeira internacional como pano de fundo? Os exemplos do “1º Mundo” que até agora forneciam os scripts de atuação “racional” parecem ter perdido o encanto costumeiro. Isso significa que a violência simbólica tradicional perdeu um pouco da sua eficácia. Não foi então surpreendente anotar que nesse momento se reforçam as argumentações “genuinamente nacionais”. A tese da insegurança jurisdicional é recuperada com toda a força e assistimos a uma reiteração de seu enunciado e, principalmente, da ênfase nos indícios que ajudam a lhe conferir verossimilhança e na tentativa de controlar as fontes de informação sobre o tema. Já que a “inadimplência” é considerada como o principal componente do custo dos empréstimos, não é por acaso que se explicita nesse momento uma disputa em torno do controle das informações sobre a qualidade do crédito bancário, em especial, sobre quem são os “bons pagadores” (ESTADO, 2009). Rapidamente se forma um contencioso sobre o famoso “cadastro dos bons pagadores”. Ele deveria ser operado pelo governo federal ou por um consórcio formado pelos bancos e suas associações patronais (IGLESIAS; D’AMORIM, 2009)?

10 Os efeitos perversos

No momento delicado para a legitimidade do sistema, aparece uma variante apropriada da tradicional retórica dos “efeitos perversos da ação governamental voluntarista” descritos por (HIRSCHMAN, 1991).

Em que pese a sua boa-vontade e a necessidade social reconhecida, do preço do dinheiro abaixar no país, em especial nesse período de crise, ... “se o governo insistir com essa medida antinatural de tentar forçar os juros para baixo, apenas criará uma ainda maior escassez de crédito” (SCIARRETTA, 2009).

Mais adiante, quando a pressão governamental se intensifica e a magia tradicional se mostra cada vez menos eficiente, o setor financeiro deu mostras – depois soubermos, provisórias – de se conformar com a situação simbólica. Ainda que o spread tenha se mantido, parece que começamos a entrar numa nova situação em que essa forma básica de remuneração da intermediação bancária terá que se inclinar para baixo (SAFATLE, 2009; IGLESIAS; D'AMORIM, 2009).

O conformismo não durou. Em seguida, aparece outra série de atores, os “grandes homens do mercado” do momento e reconhecidos na sociedade. Primeiro, Armínio Fraga, uma espécie de herói dos jovens financistas, agora investido na condição de Presidente do conselho da nova entidade que reúne a Bolsa de Valores e sua homóloga de Mercadorias & Futuros, para cobrar do governo federal que ele “desmame o mercado”, diminuindo as atividades comerciais do BNDES, que balizam e limitam as taxas de juros para empréstimos de prazo mais longo (CIARELLI, 2009). E, logo em seguida, o Presidente do Banco Itaú, outra voz considerada moderada, e mesmo porta-voz das elites tradicionais vem completar a homília, nos lembrando que “a redução do spread de bancos públicos não é sustentável”(LEOPOLDO, 2009).

Mas, no mesmo dia, eis que também ficamos sabendo de outros dados. O primeiro é que o setor bancário como um todo não

chega a estar descontente com a atuação governamental, já que, por exemplo, aparece a revelação que os bancos médios “de varejo” estão satisfeitos, pois o governo federal alterou as regras para a outorga de crédito consignado, de maneira a ampliar essa carteira de crédito, fonte de lucro praticamente garantido para o setor (CARVALHO, 2009; MOREIRA, 2009). O segundo é que o mesmo BNDES prepara um “fundo garantidor de investimentos”, que diminui o risco que os bancos incorrem ao emprestarem para os pequenos empresários, substituindo as tradicionais taxas astronômicas por valores mais alinhados com as médias internacionais (ROMERO, 2009). O terceiro, que diante de outra manobra dessa aparente ofensiva governamental contra o spread, a tentativa de diminuir as taxas diretas que os bancos cobram pelos serviços que prestam aos clientes, esses últimos estavam recorrendo ao seu anteparo mais tradicional, o Partido Democratas, ex-PFL (ULHÔA, 2009).

E por fim, outra subsérie de movimentos pouco previsível: Depois de uma defesa veemente da ação financeira governamental pelo Presidente do BNDES, no dia seguinte à declaração de Setúbal, o Ministro da Fazenda contradiz diretamente nosso Presidente do Itaú na questão central do spread bancário: “BB vai pressionar e fazer bancos privados ‘comerem poeira’, diz Mantega” (CIARELLI, 2009; CUCOLO, 2009; CAMAROTTO, 2009).

11 Conclusão

Traçado o quadro geral, vemos que a crise recente recoloca uma tendência ao repúdio da “criatividade financeira” e a tentativa de volta a períodos anteriores, nos quais “ao invés da sociedade servir os financistas, esses é que serviam a todos”. Essa temática

ca é recorrente nos períodos de crise aguda e nos imediatamente posteriores (COWING, 1965). Mas o campo financeiro tem uma lógica incontornável, que entrelaça seus participantes e seus destinos. A complacência taxonômica não surge por acaso. Diversas inovações tecnológicas recentes foram propiciadas por formas de investimento inovadoras, realizadas pelos financistas de vanguarda – chamado “Venture Capital”. No espaço especificamente brasileiro, o processo de privatização das estatais nos anos 1990 também dependeu de uma complexa engenharia financeira inexistente até então. Evidentemente, podemos pensar que os governos e suas agências de fomento poderão ocupar esse espaço, como já vemos atualmente o BNDES atuar através da BNDESpar, que centraliza as participações do banco em investimentos de risco, principalmente através de *private equities*. Boa parte do capital amealhado para financiar o boom recente dos biocombustíveis, uma das principais políticas de fomento do governo Lula, é financiada ou alavancada pelo banco através dessa engenharia financeira complexa (MUNDO NETO, 2008). Num plano complementar, assistimos recentemente os fundos de pensão das empresas estatais, dirigidos por ex-sindicalistas próximos do governo Lula, aceitar e incorporar a inovação das *private equities*, após um longo período de desconfiança e também depois que esse dispositivo financeiro se “tropicalizou” nas mãos de financistas com sensibilidade diferente do famigerado Daniel Dantas (FORTUNATO, 2003; MARTINS, 2006). Nesse quadro, não parece uma suposição razoável pensar que as inovações financeiras possam ser postas de lado. E tampouco imaginar que elas possam ser postas em prática sem a colaboração de membros da “vanguarda financeira”, ela mesma já suficientemente

diferenciada para incorporar a dinâmica, a demanda e as sensibilidades dos outros subespaços do campo (GRÜN, 2009b). E assim se colocam os limites e os nexos principais da crise financeira e seus efeitos na sociedade brasileira.

Podemos então notar a ação persistente do campo financeiro, moldando e explicando as ações e configurações recentes. Não importando muito suas afinidades ou desavenças iniciais, ele enlaça os indivíduos e grupos e produz sentido. Esse sentido engendra e legitima produtos, posturas e carreiras, além de induzir e justificar tomadas de posição e inflexões de fora para dentro do campo financeiro. O sentido não é integralmente compartilhado, mas quando examinamos eventos como a crise financeira internacional, é sociologicamente necessário dar ênfase à parcela de consenso que ele engendra. Reparemos que as duas soluções polares, normalmente expostas pelas correntes de direita e de esquerda não integradas ao campo financeiro, podem ser lançadas, mas o campo trabalha para descartá-las. A tradicional postura direitista de fazer funcionar o “moral hazard”, posta em prática pelo governo republicano norte-americano de Bush para o caso Lehmann Brothers é registrada sistematicamente como deflagrador ou, pelo menos, como um dos principais complicadores da crise atual (SORKIN, 2008). A postura inicial análoga do governo conservador alemão diante da crise também foi estigmatizada e “enquadrada” (DEMPSEY, 2009). Do outro lado do tabuleiro, a estatização dos serviços financeiros, típico reflexo das esquerdas tradicionais, também está no rol das posturas “insensatas” e, como vimos no nosso exemplo do Banco do Brasil e em diversos momentos do debate internacional sobre a crise, contra ela se joga a memória negativa do comunismo.

Vemos então, de maneira geral, que o campo financeiro é uma realidade solidamente enraizada no panorama social. Mas também que a magia que faz uma parcela enorme da riqueza social escorrer para as mãos de seus integrantes depende de uma dinâmica cultural, de uma produção de sentido que aparece justamente quando ela falha. Daí a necessidade de investigar melhor a anatomia desse espaço financeiro que é bem mais amplo e complexo do que os vociferados “mercado que pode ser acessada justamente pelas produções de sentido que instituem os bons sentidos, as chamadas doxas sociais.

NOTA SOBRE O AUTOR

Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Professor do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças (Nesefi).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, K. Bancos fazem lobby com Lula contra demonização. *Folha Online*, 1 mar. 2009.

_____. Durante crise, ministros sugeriram renúncia. *Folha de São Paulo*, 30 out. 2006.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BARBOSA, M. Votorantim perde R\$ 2,2 bi com derivativos. *O Estado de S. Paulo*, 11 out. 2008.

BERNSTEIN, P. L. *Capital ideas: the improbable origins of modern Wall Street*. New York: [s.n.], 1992.

_____. *Historia do mercado de capitais: o impacto da Ciência e da Tecnologia nos investimentos*. São Paulo: Campus, 2007.

BOHN, Cornelia. Une Société Mondiale: Les Concepts de Société Opératoires dans les Théories Sociales de Bourdieu et de Luhmann. In: MÜLLER, H. P.; SINTOMER, Y. (Eds.). *Pierre Bourdieu, Théorie et Pratique: Perspectives Franco-Allemandes*. Paris: La Découverte, 2006. p. 101-124.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

BOURDIEU, Jérôme; HEILBRÖM, Johan; REYNAUD, Bénédicte. Les Structures Sociales de la Finance. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.146-147, p. 3-7, 2003.

- BOURDIEU, P. Les modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 2/3, p. 122-132, 1976.
- _____. *La noblesse d'Etat: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- _____. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Editions du Seuil, 1992.
- _____. *Méditations pascalienues*. Paris: Seuil, 1997.
- _____. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- CAMAROTTO, M. Setubal abandona polêmica dos juros. *Valor Econômico*, 8 fev. 2009.
- CAMBA, D. Ingerência política volta a assustar. *Valor Econômico*, 9 abr. 2009.
- CARNEIRO, D. D. Contra a crise, licença para matar? *O Estado de S. Paulo*, 2 nov. 2008.
- CARVALHO, M. C. Ganho do Bonsucesso cresce 7 vezes. *Valor Econômico*, 12 ago. 2009.
- CHAN, S. Dodd Calls Obama Plan Too Grand. *The New York Times*, 2 fev, 2010.
- GOIS, Chico de; JUNGBLUT, Cristiane; DAMÉ, Luiza. Lula sanciona Lei do Saneamento e abre caminho para investimentos: ao aprovar o Marco Regulatório do setor, presidente faz críticas à privatização". *O Globo*, 6 jan. 2007.
- CIARELLI, M. BNDES precisa começar a 'desmamar' o mercado, diz Fraga: Armínio Fraga diz que banco precisa ter cuidado para não inibir desenvolvimento do mercado de capitais. *Agência Estado*, 6 ago. 2009.
- CIARELLI, M. BNDES precisa começar a 'desmamar' o mercado, diz Fraga: Armínio Fraga diz que banco precisa ter cuidado para não inibir desenvolvimento do mercado de capitais. *Agência Estado*, 6 ago. 2009.
- COWING, C. B. *Populists, plungers, and progressives: a social history of stock and commodity speculation, 1890-1936*. Princeton: Princeton University Press, 1965.
- CUCOLO, E. BB vai pressionar e fazer bancos privados "comerem poeira", diz Mantega. *Folha Online*, 13 ago. 2009.
- DEMPSEY, Judy; KULISH, Nicholas. Merkel Is Set to Greet, and then Resist, Obama. *The New York Times*, 29 de mar. 2009.
- DEZEM, V. Setubal admite aquisições no exterior em 2011. *Valor Econômico*, 12 ago. 2009.
- ECONOMIST. Disponível em: <<http://www.economist.com/>>. Acesso em: 12 jun. 2009.
- ESTADO, A. Febraban: inadimplência vai determinar spread. *Agência Estado*, 2 fev. 2009.
- FOLHA ONLINE. Itaú e Unibanco anunciam fusão e criam maior grupo financeiro do Hemisfério Sul. *Folha Online*, 3 nov. 2008a.
- FOLHA ONLINE. Banco do Brasil fecha compra da Nossa Caixa por R\$ 5,4 bilhões. *Folha Online*, 20 nov. 2008b.
- FORTUNATO, Patrícia; CAMBA, Daniele. Fundos de Pensão Divergem sobre Investimento em *Private Equity*: Pimentel, presidente da Abrapp, Defende Investimentos de Menor Risco para os Fundos de Pensão. *Valor Econômico*, 8 ago. 2003.
- FRANCO, G. Keynes é nosso. *Folha de São Paulo*, 1 nov. 2008.
- FRIEDLANDER, David; GRINBAUM, Ricardo. Já Tomamos Tombos Piores. *Valor Econômico*, 30 nov. 2008.
- GALHARDO, R. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'. *O Globo*, 4 out. 2008.
- GALVÃO, A. Governo troca o comando do BB. *Valor Econômico*, 9 abr. 2009.
- GODOY, Denise. "Spread" bancário no Brasil é 11 vezes o dos países ricos: Diferença entre os juros captados e os cobrados pelos bancos brasileiros é a mais alta praticada no mundo, aponta estudo. "Spread" verificado no país tem sido motivo de queda-de-braço nas últimas semanas

entre o governo e as instituições financeiras. *Folha de São Paulo*, 1 fev. 2009.

GODOY, Denise; IGLESIAS, Simone. 'Crise Foi Causada por 'Gente Branca de Olhos Azuis', diz Lula. Ao Lado de Premiê Britânico, presidente Afirma que Pobres, Negros e Índios não Podem Pagar a Conta da Especulação Financeira. *Folha de S. Paulo*, 27 mar. 2009.

GRINBAUM, R. "Vamos comprar as carteiras de crédito dos bancos pequenos": Segundo Setubal, os grandes bancos estão atendendo à determinação do BC para injetar recursos nas instituições menores. *O Estado de S. Paulo*, 7 nov. 2008.

GRÜN, R. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, p. 121-140, 1999.

_____. A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, n. 47, p. 5-47, 2004.

_____. Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.*, n. 20, v. 58, p. 67-90, 2005b.

_____. Decifra-me ou te devoro: as finanças e a sociedade brasileira. *Mana - Estudos de Antropologia Social*, n. 13, v. 2, p. 381-410, 2007a.

_____. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 22, p. 85-107, 2007b.

_____. Escândalos, marolas e finanças: para uma sociologia da transformação do ambiente econômico. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, n. 51, p. 313-352, 2008a.

_____. Guerra cultural e transformações sociais: as eleições presidenciais de 2006 e a "blogosfera". *Sociedade e Estado*, n. 23, p. 621-666, 2008b.

_____. Le Brésil et les Brésiliens dans la globalisation financière. *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs*, n. 2, juin 2009a.

_____. Financeirização de esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI. *Tempo Social*, n. 21, p. 153-184, 2009b.

GUEX, S. La politique des caisses vides: État, finances publiques et mondialisation. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 146/147, p. 51-61, 2003.

HEFFER, S. Financial crisis: we're all socialists now, comrade. *Business Week*, 9 out. 2008.

HIRSCHMAN, A. O. (1991). *The rhetoric of reaction: perversity, futility, jeopardy*. Cambridge, Mass., Belknap Press.

IGLESIAS, Simone; D'AMORIM, Sheila. Governo acerta redução no ritmo da queda dos juros: Meirelles diz a Lula que agressividade agora traz risco de alta da taxa em 2010; Petista afirma que o BC tem condições de promover nova queda na Selic hoje e que autoridade monetária fará o "melhor para o Brasil". *Folha de São Paulo*, 22 jul. 2009.

JARDIM, M. A. C. *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de Governo Lula*. 2007. 397 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

LAMUCCI, S. Agenda liberal afugenta presidenciais. *Valor Econômico*, 24 out. 2006.

LEONEL, Josué; TAVARES, Rita. Fechado Acorde para Votar Mudança no Sistema Financeiro, diz petista. *O Estado de S. Paulo*, 26 mar. 2003.

LEOPOLDO, R. Redução de spread de bancos públicos não é sustentável: Enquanto bancos privados subiram juros para enfrentar a crise, diz Setubal, bancos públicos cortaram algumas taxas. *O Estado de S. Paulo*, 12 ago. 2009.

- LORDON, F. *Jusqu'à quand? pour en finir avec les crises financières*. Paris: Raisons d'agir, 2008.
- MACARINI, J. P. A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973). *Economia e Sociedade*, n. 16, p. 343-369, 2007.
- MARTELLO, A. Bancos podem abater compra de carteira de crédito no compulsório até junho: Medida foi regulamentada nesta quinta-feira pelo Banco Central. Prazo original para abatimento terminaria no fim do mês de março. *Agência G1 (Globo)*, 26 mar. 2009.
- MARTINS, R. M. Petros e a indústria de venture capital e private equity. (Diversificação e perspectiva de longo prazo). In: *CICLO DE DEBATES VENTURE CAPITAL NO BRASIL*, 3., 2006, Rio de Janeiro. *Anais... Rio de Janeiro: [s.n]*, 2006.
- MONTEIRO, L. Madoff faz cair aplicação no exterior: Na prática, a teoria é outra. *Valor Econômico*, 20 fev. 2009.
- MOREIRA, I. Consignado garante lucro a bancos médios: Mudança de regras no crédito para pensionistas ajudou instituições. *O Estado de S. Paulo*, 12 ago. 2009.
- MUNDO NETO, M. Desenvolvimento do mercado do etanol: aproximação da indústria sucroalcooleira e da indústria de capital de risco no Brasil. *ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 32., 2008, Caxambú. *Anais... Caxambú: [s.n]*, 2008.
- NAKAGAWA, F. Bancos podem abater compra de carteira de crédito no compulsório até junho. Medida foi regulamentada nesta quinta-feira pelo Banco Central. Prazo original para abatimento terminaria no fim do mês de março. *Agência Estado*, 3 out. 2008.
- NINIO, M. Perda cambial atinge mais de 200 empresas, diz governo: Previsão é que novos prejuízos milionários com derivativos sejam anunciados - Grandes companhias como Sadia, Votorantim e Aracruz já informaram prejuízos com apostas erradas no mercado futuro. *Folha de São Paulo*, 14 out. 2008.
- _____. Empresas nunca ganharam tanto, diz Lula: Presidente pede ousadia no comércio exterior e critica "trambique" de companhias com derivativos. *Folha de São Paulo*, 22 maio 2009.
- NÓBREGA, Mailson da. O Proer deve continuar?. *Istoé*, 4 abr. 1997.
- OLIVEIRA, R. Entrevista de Antonio Delfim Neto a Ribamar Oliveira. *O Estado de S. Paulo*, 5 out. 2008.
- OLIVEIRA, R. Governo já tem proposta para mudar o 192. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 fev. 2003.
- PATURY, F. O Proer, quem diria, deu lucro O empréstimo que todo mundo achava perdido tem garantias que se valorizaram 800 milhões de reais. *Veja*, 12 set. 2001.
- PEDROSO NETO, Antonio José. *O Jornalismo Econômico no Brasil: Entre a Economia e a Política*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Projeto em curso financiado pelo CNPq. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- REHDER, M. Fiesp acusa bancos de usar crise para aumentar spread: "É uma roubalheira. No HSBC, o spread é de quase 50%, e a fonte é o próprio Banco Central", diz Skaf. *O Estado de S. Paulo*, 13 fev. 2009.
- RIBEIRO, A. Lima Neto resistiu em baixar juros e ficou enfraquecido. *Valor Econômico*, 9 abr. 2009.
- RIBEIRO, A. P. Fabio Barbosa assume Santander no Brasil. *Portal Exame*, 24 jul. 2008.
- RIBEIRO, B. Lula diz que bancos estatais dão segurança ao país em tempos de crise. *Valor Econômico*, 2 mar. 2009.
- RIBEIRO, I. Família poderá levantar R\$ 6 bi com venda de ativos. *Valor Econômico*, 12 jan. 2009.
- RIBEIRO, S. Banco do Brasil inicia renegociação de dívidas dos produtores rurais. *Agência Brasil*, 5 ago. 2009.

- ROMERO, C. FGI: um fundo para destravar o crédito. *Valor Econômico*, 12 ago. 2009.
- ROSAS, R. Meirelles espera queda do spread para breve. *Valor Econômico*, 15 abr. 2009.
- SAFATLE, C. Para os bancos, os tempos estão mudando. *Valor Econômico*, 3 jul. 2009.
- SALLES, Y. Votorantim e Aracruz planejam concluir fusão em cinco meses. *Folha Online*, 20 jan. 2009.
- SCIARRETTA, T. HSBC vê crédito mais escasso se BB forçar redução nos juros. *Folha de São Paulo*, 18 abr. 2009.
- SINCLAIR, Timothy J. *The new masters of capital: American bond rating agencies and the politics of creditworthiness*. Cornell University Press: Cornell, 2005.
- SORKIN, A. R. Lehman Files for Bankruptcy; Merrill Is Sold. *The New York Times*, 14 set. 2008.
- TENÓRIO, I. Bancada ruralista diminui, mas reelege seus líderes: Estudo do Diap indica que o grupo perdeu deputados (caiu de 111 para 95), mas a reeleição de líderes importantes e de expoentes do agronegócio pode garantir a manutenção da força dos defensores do latifúndio no Congresso. *Agência Carta Maior*, Toronto, Free Press, 19 out. 2006.
- ULHÔA, R. Congresso: Para os governistas, manobra regimental atende aos interesses da Febraban, contrária à lei: DEM impede votação do projeto das tarifas. *Valor Econômico*, 12 ago. 2009.
- VALOR ONLINE. Grupo Votorantim perde R\$ 2,2 bilhões ao liquidar exposição cambial. *Valor Online*, 10 out. 2008.
- VIEIRA, A. Votorantim divide área financeira e cria gestão de riscos. *Valor Econômico*, 11 fev. 2009.
- _____. “Nova estrutura é mais confiável e reduz riscos”, diz executivo do grupo. *Valor Econômico*, 21 jan. 2009.
- _____. Apostas financeiras sacodem a Votorantim. *Valor Econômico*, 27 nov. 2008.
- _____. Crise expõe modelo de gestão na Votorantim. *Valor Econômico*, 27 nov. 2008.
- ZELNY, J. The President Is on the Line to Follow Up on Socialism. *The New York Times*, 7 mar. 2009.

Recebido em: 02.05.11
Aprovado em: 08.06.11